



Anais da Assembléia

Nº 188

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

Ato da Presidência:

RESOLUÇÃO N° 020/95

DATA: 12 de dezembro de 1995

SÚMULA: Altera o artigo 1°, da Resolução n° 012/95.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Teixeira Soares, para que a população decida sobre a criação do Município de Fernandes Pinheiro, com as seguintes medidas e confrontações:

1. Com o Município de Teixeira Soares:

Inicia na foz do Rio das Antas no Rio Imbituva, sobe por este até encontrar a BR-277, segue por esta na direção geral Nordeste até encontrar o Rio das Almas, sobe por este até a foz do Rio dos Mineiros, sobe por este até encontrar a estrada que liga a localidade Mineiros Primeiros à Martis, segue por este na direção geral Sudeste até encontrar o divisor de águas entre o Rio Iguaçu e Rio Imbituva.

2. Com o Município de Palmeiras:

Inicia na Estrada que liga a Localidade de Primeiros Mineiros à Martis no divisor de águas do Rio Iguaçu e Rio Imbituva, segue por este divisor na direção geral Sudeste até defrontar a cabeceira do Rio das Almas.

3. Com o Município de São João do Triunfo:

Inicia defronte à cabeceira do Rio das Almas, no divisor de águas entre o Rio Iguaçu e o Rio Imbituva, segue por este na direção geral Sudoeste até encontrar a cabeceira do Rio Turvo.

4. Com o Município de Rebouças:

Inicia na cabeceira do Rio Turvo, deste ponto segue pelo divisor de águas do Rio Tibagi e Rio Iguaçu na direção geral Noroeste até defrontar com a cabeceira do Arroio Barreiro.

5. Com o Município de Irati.

Inicia no divisor de águas do Rio Tibagi e Rio Iguaçu na cabeceira do Arroio Barreiro, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Nordeste até a cabeceira do Arroio dos Coxilhos, desce por este até a sua foz no Rio das Antas, desce por este até a foz do Rio Imbituva.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZENOVE", em 12.12.95

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

Ofícios:

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, COMUNICA, ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa de Leis e ao douto Plenário, seu desligamento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB e sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, a partir do dia 10 do mês em curso.

Sala das Sessões, de outubro de 1995.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Ofício n° 158/95 GJC

Curitiba, 07.10.95.

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de formalizar perante a Mesa Executiva e para todos os efeitos regimentais, que a partir desta data passo a integrar a representação parlamentar do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, neste Poder.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

(a) JOEL COIMBRA

Excelentíssimo Senhor

Deputado Anibal Khury

Digníssimo Presidente

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
N/Capital

Ofício n° 00117

Curitiba, 11.12.95.

Exmo. Senhor Presidente.

Estou comunicando à Mesa Executiva o meu ingresso oficial ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo que a partir de então passo a integrar a bancada desta agremiação nesta Casa de Leis, ficando minha filiação ao PPB automaticamente anulada.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,

(a) GERALDO CARTÁRIO

Exmo. Sr. Deputado

Anibal Khury

MD Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Nesta

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 131.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 1995
(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Nelson Garcia.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Neroni, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Wal-mor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o n° 14.290/95, do Senhor Ivan Gradowski, Diretor Geral da Justiça Eleitoral, encaminhando Ata Final de Apuração relativa ao Requerimento n° 12.680 - Classe 5.^a, do resultado favorável do plebiscito visando a criação do Município de Bom Jesus do Sul, a ser desmembrado de Barração. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n° 14.291/95, do Senhor Ivan Gradowski, Diretor Geral da Justiça Eleitoral, encaminhando Ata Final de Apuração

relativa ao Requerimento n° 10.592 - Classe 5.^a, do resultado favorável do plebiscito visando a transferência de áreas denominadas "Pinho de Baixo" e "Pinho de Cima", do Município de Imbituva para o Município de Irati. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n° 14.292/95, do Senhor Ivan Gradowski, Diretor Geral da Justiça Eleitoral, encaminhando Ata Final de Apuração relativa ao Requerimento n° 10.766 - Classe 5.^a, do resultado favorável do plebiscito visando a criação do Município de Camarabé, a ser desmembrado de Castro e Ponta Grossa. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 4049-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência na Discussão e Votação do Projeto de Resolução n° 023/94, que aprova construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto.

Sala das Sessões, em 15.12.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4038

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.12.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 4049

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o adiamento da discussão do Projeto de Lei n° 216/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que objetiva equiparar a OCEPAR a órgão especial de pesquisa; por 05 (cinco) sessões.

Sala das Sessões, em 15.12.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4043

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento ocorrido em 27/11/95, do Senhor José Candeco.

Pessoa de muitas amizades, ajudava

muito a sociedade de Ponta Grossa. Deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-lo.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, à rua Dr. Alves Maciel, 360 - Vila Pinheiro - Ponta Grossa / PR.

Sala das Sessões, em 15.12.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4044

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento ocorrido em 24/11/95, da Senhora Raulina Ribeiro Ferri.

Pessoa de muitas amizades, ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa. Deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-la.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, à Rua Perdiz, 232 - Santa Maria - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 15.12.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4045

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento ocorrido em 24/11/95, do Sr. Antonio Celso Quadros de Lara.

Pessoa de muitas amizades, ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa. Deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-lo.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, à Rua XV de Setembro, 113-Uvaranas, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 15.12.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4039

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações ao Sr. Ernani Lopes Buchmann, pela brilhante eleição à Presidência do Paraná Clube, para o biênio 95/97. Temos certeza que o Sr. Ernani saberá conduzir com muita sabedoria o nosso tricampeão paranaense, mantendo-o na liderança estadual e quiçá, terá sua merecida projeção nacional.

Parabéns ao novo Presidente e o reconhecimento desta Casa de Leis, que retrata a vontade do povo paranista.

Sala das Sessões, em 15.12.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4041

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao profissional de comunicação Reginaldo Daniel da Silveira, Jornalista há mais de 18 anos, figura exemplar em seu meio, que nos premia todas as manhãs com seu jornalismo inteligente na Rádio Exclusiva FM, fazendo o jornal regional e local. É hora de receber o reconhecimento desta Casa, que traduz a gratidão e o carinho de seus milhares de admiradores. Seu talento, sua competência e sua habilidade na condução dos assuntos do Paraná, enriquecem nossa imprensa, tornando seu programa uma obrigação diária aos ouvintes que apreciam um jornalismo inteligente.

Nossos cumprimentos e o nosso reconhecimento são extensivos ao Diretor Presidente da Rádio e Televisão Exclusiva, Luís Guilherme Gomes Mussi que com sua brilhante capacidade de direção, aglutina junto às suas empresas, profissionais sérios e competentes.

Sala das Sessões, em 15.12.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4042

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de expediente ao Secretário de Educação, Sr. Ramiro Warhraftig, solicitando soluções para que o Curso de Enfermagem do Instituto Cesar Prieto Martinez não venha a fechar.

Um dos principais problemas do Instituto é a falta de professores para as disciplinas profissionalizantes, o que pode inviabilizar a abertura de novas turmas para o próximo ano.

O Curso de Enfermagem do Instituto é o único profissionalizante a nível de segundo grau, em Ponta Grossa.

O suprimento da falta de professores deve ser solucionado o mais rápido possível para que o funcionamento do curso não seja prejudicado para o próximo ano.

Sala das Sessões, em 15.12.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4047

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, seja encaminhado votos de congratulações pela comemoração do Jubileu de Ouro, bem como pela formação de mais uma turma de sargentos, que irão compor as fileiras de nosso glorioso Exército Nacional, que muito orgulho nos deu e continua dando.

Requer, ainda, que a decisão deste Plenário seja dado conhecimento ao Comandante Superior da Escola de Formação de Sargentos das Armas - ESA, com sede na Cidade de Três Corações, Estado de Minas Gerais, onde este Deputado, com muito orgulho se fez presente.

Sala das Sessões, em 15.12.95.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 563/95 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Autoriza o Poder Executivo fornecer, através dos estabelecimentos de saúde da rede pública estadual, aos aposentados e pensionistas que receberem até 3 (três) salários-mínimos mensais, e aos deficientes físicos e mentais, remédios de uso contínuo e continuando necessários à prevenção e recuperação da saúde.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação.

Art. 3° - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.12.95.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A saúde é direito fundamental do ser humano, devendo o Estado promover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

PROJETO DE LEI N° 564/95 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica transferido o Departamento Penitenciário do Estado do Paraná, com seus estabelecimentos penais já existentes e em construção, que anteriormente se encontravam sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, para a Secretaria de Estado da Se-

gurança Pública.

Art. 2° - A estrutura interna e os regulamentos do órgão transferido serão definidos, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, "ad-referendum" da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3° - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a readequar as verbas do Orçamento vigente, no que se refere ao órgão remanejado pela presente lei, "ad-referendum" da Assembléia Legislativa do Estado, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.12.95.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Objetivando uma melhor operacionalidade do nosso sistema penitenciário estamos apresentando o presente projeto de lei, transferindo o Departamento Penitenciário para a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

A manutenção e a segurança dos estabelecimentos penais estão mais afeitos, historicamente, aos trabalhos profissionais dos funcionários da Secretaria de Estado da Segurança Pública e tendo em vista que uma grande parcela da população carcerária já se encontra sob os cuidados desta Secretaria, nas cadeias públicas em todo território paranaense, nada mais justo que se transfira esta responsabilidade para quem está mais capacitado e que em último caso, já está exercendo tal função.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Finda a leitura do expediente, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Estado do Paraná tem uma deficiência muito grande no que diz respeito à informatização da administração.

É uma deficiência que já vem há longo tempo e muitas das questões burocráticas são resolvidas à moda antiga, ainda, sem contar com uma rede de informatização, seja a administração direta ou indireta.

O atual Governador tem feito um discurso de modernização do Estado e inclui nessa modernização a sua maior eficiência e conseqüentemente a informatização da administração direta e indireta.

Quando Prefeito de Curitiba, o atual Governador Jaime Lerner, informatizou boa parte da Prefeitura, tudo através da con-

tratação de serviços, terceirizando esse setor de informatização.

É um setor estratégico em qualquer administração, e no momento que está informatizado deve ser feito com trabalhadores do próprio Estado ou da própria Prefeitura, quando feito na Prefeitura.

Mas não, na Prefeitura de Curitiba o Governador terceirizou, e ao final de todo e qualquer contrato da prestação de serviço os técnicos vão embora, levam o "know-how", levam tudo que foi adquirido e construído em conjunto com os demais servidores e a Prefeitura fica na mão.

No caso do Estado do Paraná, está se repetindo a lição, está se repetindo os fatos que ocorreram na Prefeitura. O Governador está informatizando, mais a maioria dos órgãos é através da terceirização ou da contratação de serviço. Isto está se dando na administração direta e indireta.

Mas como proximamente nós vamos votar o IPVA, quero chamar a atenção dos Senhores Deputados sobre a informatização que está se dando no DETRAN. O DETRAN contratou uma empresa, de acordo com o que foi divulgado no Diário Oficial do dia 08/12/95, Senhores Deputados, prestação de serviços num valor simplesmente de R\$ 36.912.240,00 (trinta e seis milhões, novecentos e doze mil e duzentos e quarenta reais).

Para prestação de serviço, Senhores Deputados, se fôssemos exagerar, com um milhão e duzentos mil reais cada um, para cada cidade do nosso Estado, exagerando. Veja que rede própria daria para montar com esse dinheiro.

No entanto, terceiriza os serviços nesse montante elevadíssimo de 36 milhões, mais de 36 milhões de reais. E no final do contrato essa empresa se retira, e tudo que existia de técnico, o programa, tudo vai se embora e nada fica acumulado para o nosso Estado. Esse montante será pago no valor de 769 mil reais por mês durante 48 meses. Isso é superior à folha de pagamento dos servidores da Secretaria do Estado e Abastecimento, que implica em 675 mil reais.

Se observarmos, para o Estado do Paraná no ano que vem o Governador vai investir da receita própria para atender à saúde da população 129 milhões, a saúde de 9 milhões de habitantes durante o ano. E no entanto, quase que pelo menos um décimo disto só para uma empresa de informática vai levar na questão do DETRAN. Será que o aumento do IPVA não é justamente para favorecer esses setores, como essa empresa de informática que está sendo contratada, como a Cooperativa Médica que o nosso companheiro de Bancada Nerone denunciou, ou como "àquela Associação de Advogados que estão se forçando lá dentro para discutir

multas do DETRAN?

O aumento do IPVA, perguntamos ao Senhor Governador e ao Senhor Marcos Isfer Valente, é para terceirizar os serviços, todos jogando lucros para as empresas e no final da sua gestão todos se retiram e não fica "know-how" nenhum para o DETRAN, que fica sucateado.

É essa a razão do aumento do IPVA que gostaríamos de ver respondido principalmente pelo Diretor do DETRAN.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o 4º Secretário da Mesa Executiva, ilustre Deputado João Techy Filho, que fará uma saudação em nome do Presidente Anibal Khury, desse vice que vos fala, de Neivo Beraldin, do 1º Secretário Luiz Carlos Martins, 2º Secretário Nelson Garcia, 3º Secretário Edgar Bueno, falará também pelo Secretário "ad hoc", o Senhor Luiz Carlos Alborghetti, o ilustre Deputado João Techy Filho.

O SR. JOAO TECHY FILHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não tem o que o meu presidente não me peça, que eu não faça com a melhor satisfação. Estou no meu primeiro ano de trabalho parlamentar, onde muita coisa já aprendi e certamente, juntamente com os colegas, alguns bastante experientes na questão parlamentar como na questão executiva, como alguns Deputados já ocuparam cargos executivos na Administração anterior, como o Deputado Luiz Claudio Romaneli, dentro da Mesa onde participo como 4º Secretário, juntamente com os Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Zuk, Luiz Carlos Martins, o 1º vice-Presidente, o 2º vice-Presidente, Neivo Beraldin, e o nosso grande Presidente, Deputado Anibal Khury.

Esse ano realmente foi um ano onde começou um Governo novo, e eu também, com o primeiro mandato, fiquei observando a atuação e procurei compreender melhor, e entendi bastante a maneira como os Deputados atuaram, os que já antecederam outros mandatos, e os atuais. E com certeza num segundo ano, num terceiro ano procuraremos melhorar bastante a atividade aqui dentro desta Casa de Leis.

Portanto, nesse último dia de trabalhos parlamentares normais, ordinários enfim, queremos agradecer a todos os colegas que, me senti muito bem, lembra até um período em que convivemos com colegas na Faculdade, é muito semelhante, pois convivemos muito bem. Gostei dos colegas Deputados, principalmente dos partidários. Não tenho nada a dizer contrário, porque foi uma satisfação muito grande conhecê-los. Espero que o próximo ano seja melhor ainda, e a todos boas festas, um feliz Natal

e Ano Novo.

Era isso que tinha a dizer, Senhor Presidente, e obrigado por sugerir esta conversação. Até.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno Expediente. Passamos ao Grande Expediente.

Não havendo ninguém também inscrito no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta às Lideranças do: PTB, PDT, PSDB, PFL, PPR (O Deputado Techy já usou o tempo do PPR), PT.

Concedo a palavra ao Deputado Emerson Nerone, no Horário da Liderança do PT.

Dispensamos o Horário do PT.

Com a palavra, PSC, Deputado Jocelito Canto.

Antes de conceder a palavra ao ilustre Deputado, no horário do PSC, é com satisfação que anunciamos em nosso meio a presença do ilustre Deputado Maurício Requião, que tem se postado ao lado dos interesses do Paraná, e tem dado a esta Casa, principalmente ao Bloco Municipalista, a sustentação desejada nas reivindicações dos municípios paranaenses.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mais uma vez subimos à tribuna desta Casa, para lamentar profundamente o que está acontecendo em São Luiz do Purunã. Meu caro Deputado Luiz Carlos Alborghetti, é preciso que tomemos uma atitude, porque mais uma vez passando pela rodovia, em São Luiz do Purunã, vimos a presença do Exército, com metralhadora na mão, como se estivessem caçando algum bandido a nível de Brasil, ou caçando alguém, e não podemos concordar. Estão fazendo um verdadeiro terrorismo ali.

E acho que essa não é a verdadeira função do Exército brasileiro, o exército das glórias alcançadas nas batalhas, o Exército onde estive agora, recentemente, em Minas Gerais, participando lá na Formação do Curso de Sargentos, onde vimos uma solenidade bonita. Nos deixou emocionados ver o Exército preparar os nossos filhos do Brasil para, quando necessário, defender a soberania da nossa terra, do nosso país.

Não podemos concordar, Senhor Presidente, que o Exército se posicione no meio de uma pista na rodovia, com uma metralhadora em punho, como que ensinando as pessoas que por ali passam.

Gostaria de apelar neste momento à autoridade maior deste Estado do Paraná, ao Governador, que quando antes da campanha dizia que o povo mais simples deste Paraná

seria bem atendido neste Governo. Gostaria de mais uma vez, que alguém dissesse ao Governador do Estado, Senhor Jaime Lerner, de que ali, próximo daqui, na Serra de São Luiz, está o Exército, e que ele como Governador do Estado, pode pedir ao Presidente da República, ao Ministro do Exército, que retire os nossos valorosos soldados dali e os leve de volta para o quartel, porque não estamos no Rio de Janeiro, Senhor Presidente. Não precisa de Exército, porque aqui no Paraná não tem bandidos e os poucos que tem, é obrigação da polícia do Estado, Civil e Militar, fazer com que eles sejam repelidos daqui, e não as Forças Armadas, o Exército intimidando o povo do Paraná e o povo que passa por ali, oriundo de todos os lados do Brasil.

Portanto, Senhor Presidente, faço esse posicionamento e desta Mesa também, da Mesa Executiva, desta Presidência. Hoje falei mais uma vez e o Deputado Toti... na sequência vou conceder o aparte e também vai falar disso, o que é que eles estão fazendo nas cidades do Paraná com o Exército? O nosso glorioso Exército não é para ficar intimidando o povo brasileiro, com uma metralhadora na mão, com a cara feia, o Exército é para defender a soberania desse país e não para intimidar os desempregados deste Paraná, os que estão defendendo a sua comida e estão defendendo o presentinho para o seu filho, porque emprego no Paraná não tem, porque eles acreditaram em falsas promessas e estão hoje suplicando a fazer, quem sabe, algo que não é muito legal, mas que dá sustento a ele e à sua família.

Concedo aparte ao Deputado Toti Colaço, se a Mesa permitir.

O Sr. Toti Colaço - Deputado Jocelito Canto, quero uma vez mais cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Sou testemunha disso que V. Exa. está colocando mais uma vez, da tribuna desta Casa de Leis.

É profundamente lamentável que se utilize as nossas Forças Armadas, o Exército brasileiro, o qual tanto estimamos e respeitamos, para poder estar presente e fazer ali essas barreiras, apreendendo pequenas coisas, pequenos objetos. O verdadeiro contrabandista tem que ser preso mesmo, tem que, como diz o Deputado Alborghetti, ir para a cadeia mesmo. Mas ali vem o pequeno, ali vem o chefe de família, ali vem a mãe desempregada, ali vem o pai desempregado, que vai em busca de pequenos objetos, como já está amplamente divulgado nesta Casa, de enfeites de Natal, presentes, e ali no Spréia principalmente, é um verdadeiro absurdo.

Passei hoje pela manhã e vi aquela situação, aquelas mulheres sentadas em cima daquelas sacolas, chorando desesperadas,

dando murro no chão e perguntando que país é este em que estou vivendo, que na verdade estão aí os meus 200, 300 dólares que tinha e acabei perdendo tudo de uma vez?

Então, meu prezado amigo Jocelito Canto, grande Parlamentar, cumprimento V. Exa. e seria bom que pudesse ser feita alguma coisa.

Nosso Presidente Anibal Khury, falamos com ele há poucos instantes, seria importante que o Governo do Estado, que algumas semanas atrás colocou com muita clareza dizendo que o sacoleiro não é contrabandista, ele se ele viesse mais uma vez, agora às vésperas do Natal e pudesse fazer essas colocações publicamente através da imprensa, pudesse interferir junto às Forças Armadas, junto às autoridades competentes dizendo que não sejam tão rigorosos com as famílias que estão ali tendo presas as suas mercadorias e perdendo já o pouco que têm ou quase nada.

Por isso, V. Exa. está de parabéns por trazer aqui, sem medo, destemido, este seu pronunciamento nesta tarde.

Acredito, Exa. que estamos pregando no deserto. Pouca gente tem nos escutado nesses últimos tempos, mas é a voz que clama no deserto que por certo, pelo menos Deus está vendo alguém se levantando, uma vez aí na defesa dos excluídos e dos injustiçados neste País, principalmente dentro do nosso Estado.

O SR. JOCELITO CANTO - Muito obrigado, Deputado Toti Colaço.

Gostaria, para encerrar Sr. Presidente, dizer que os grandes contrabandistas deste Paraná e deste Brasil, nem usam mais as rodovias para contrabandear, pois têm algo mais importante e mais que avião.

Então, o que está passando ali é o trabalhador desempregado do Paraná, é o povo sem trabalho, é o povo em dificuldades, é o povo que está passando dificuldades e é por isso que volto a levantar este protesto e solicito providências à nossa gloriosa Força Armada; o nosso Exército não deve fazer isso, deve é proteger sempre a soberania do Brasil, não prender os pequenos que passam por ali em busca de colocar comida em sua mesa, não é prender a soberania do Brasil.

É isto Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passamos ao Horário das Lideranças.

PTB, PDT, PSDB, PFL, PPR, PP, PMDB, PT, Liderança do Governo.

(Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, que será lido pelo Senhor 1º Secretário.

(O Projeto de Lei nº 564/95 encontra-se publicado no Expediente)

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4049-A, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação do Projeto de Resolução nº 023/94. **Aprovado.**

De conformidade com o Requerimento de preferência de votação acima aprovado:

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 023/94, de autoria da Comissão Executiva, que aprova a construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.M.A.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado. Em votação a Emenda.**

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como sou um dos Deputados remanescentes da legislatura anterior, quero lembrar a Vossas Excelências que tal projeto esteve em discussão. Teve um parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que recomendava o imediato arquivamento do mesmo. Aprovado sem nenhum voto em separado e sem nenhum voto contrário dos Parlamentares que aqui estavam.

Este documento faz parte do processo que ora está sobre a mesa.

É interessante notar que, anexo a esse processo, se encontra o decreto do ex-Presidente José Sarney, no qual autorizava a construção desta hidrelétrica.

O Decreto nº 96.746, em seu artigo 2º, estabelece o aproveitamento energético desta empresa, destinar-se-á a reprodução de energia elétrica para uso exclusivo da Concessionária, ou seja, o Grupo Votorantim, que não poderá fazer cessão a terceiros, mesmo a título gratuito, ou seja, toda a energia elétrica produzida em Tijuco Alto é para consumo da empresa do Senhor Antonio Ermírio de Moraes, localizada na cidade de Mayrinck, não podendo doar nem um foco de luz para os moradores da região.

Alega-se, alegam alguns juristas, que tal decreto não estaria em vigência, em função da nova Constituição.

Se por acaso isto ocorrer, queremos

dizer que o projeto aí não é só questão de mérito, mas continua inconstitucional.

O seu artigo 1º diz: "Fica aprovado nos termos do artigo 209 da Constituição Estadual, a construção da Hidrelétrica de Tijuco Alto".

O artigo 209 estabelece que observada a Legislação Federal pertinente à constituição de centrais e termoelétricas, dependerá do projeto técnico de impacto ambiental que não tem e a aprovação desta Assembléia Legislativa e de consulta plebiscitária. É necessário além de tudo, consulta plebiscitária. Quando se passa a se analisar a sua constitucionalidade, é necessário recorrer à Constituição Federal, através do Conselho da Defesa Nacional. Este deve ser ouvido conforme preconiza a Constituição Federal, e não foi ouvido ainda. Pelo menos não há nenhum documento dizendo que esse Conselho foi ouvido. Novamente peca pela inconstitucionalidade.

Senhores Deputados, acho que, ao analisarmos qualquer projeto, não podemos analisá-lo simplesmente com paixão. É necessário usar a razão. É necessário que façamos uma análise correta e concreta para não trazer ilusão à população.

A população tem que ser esclarecida. Um projeto para ser aprovado aqui, do caráter deste, de Tijuco Alto, tem que ser aprovado pelo Conselho Nacional e não o foi. Se estiver em vigor o decreto de José Sarney, saibam os Senhores que a energia elétrica será levada toda para fora, deixando para a região somente os problemas sociais e não trazendo desenvolvimento.

E saibam os Senhores que nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos o desenvolvimento da água. Mas como se dá um desenvolvimento? Este que é necessário o debate. Não o desenvolvimento de um, dois, ou três empresários que nadem em dinheiro, fiquem ricos e o povo fica engraxando a bota deles. Queremos desenvolvimento aonde todos tenham a sua fatia, onde a renda seja repartida.

Esse projeto não diz em momento nenhum que estes fatos ocorrerão. Em momento nenhum. Já disse duas ou três razões de inconstitucionalidade.

Portanto, tal Emenda num projeto inconstitucional é de caráter também inconstitucional, Senhores Deputados.

Neste sentido, a Emenda não corrige a inconstitucionalidade do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Queria alertar que estamos discutindo só sobre a Emenda. Agora como V. Exa. entrou na linha da Emenda, tem o direito de completar os dez minutos.

O SR. DR. ROSINHA - É que faço uma intro-

dução. Tenho que provar que o projeto é inconstitucional, portanto, a Emenda não corrige a inconstitucionalidade.

Então a Emenda também é inconstitucional. É lógico que isto me gasta nove minutos para chegar a esta conclusão.

Queremos dizer que é um projeto falho, no qual não foi respeitado a vontade da Comissão. E faço o seguinte reparo: um projeto que ganha a sua inconstitucionalidade, é remetido à Comissão de Meio Ambiente, se não me falha a memória, com parecer contrário do Deputado Toti Colaço. No ano passado, V. Exa. foi quem deu parecer na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, mas esse projeto volta, esse ano, para a C.C.J., portanto deveria novamente ser analisado por aquela Comissão. Por que numa Comissão é analisado duas vezes e na outra somente uma?

Temos que fazer esses alertas, e é possível que aquela região possa e deva desenvolver-se economicamente, mas não da maneira que está se desejando. Porque se VV. Exas. e a população da região, que está aqui hoje, observarem o que aconteceu, aonde tem hidrelétrica até hoje? Itaipu, vamos ver o que aconteceu com os pobres? Os índios morrendo de fome, 60% passa fome, estive lá visitando, os barrageiros continuam na miséria, os ilhéus até hoje não receberam as suas indenizações. Os problemas sociais acumularam, o ICMS fica para São Paulo!

Então, Senhores Deputados, senhores moradores da região, vamos desenvolver a região, mas vamos analisar! Não pode um projeto entrar ontem, quando metade dos Deputados aqui não sabe do que se trata, metade não sabe no que está votando, porque nunca leram! Se a metade sabe, é porque discutiu no ano passado, e esse ano nunca foi discutido; é no afogadilho. E a minha experiência de 5 anos aqui mostra, quando a coisa é rápida o povo leva a breca!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Emenda. **Rejeitada.** O projeto vai à promulgação.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 491/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 079/95, que dispõe que as autarquias e fundações criadas na estrutura do Poder Executivo, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 90% do saldo financeiro disponível, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F..

EMENDAS DE PLENÁRIO: FAVORÁVEL EMENDAS Nº

01, N° 02, N° 03 E N° 05 E CONTRÁRIO A EMENDA N° 04, COM SUBEMENDA A EMENDA N° 02.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS AO PROJETO DE LEI N° 491/95

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 491/95 recebeu no Plenário desta Casa de Leis 05 emendas que em seguida analisaremos:

Somos de parecer favorável às emendas de n°s 01, de 03 e 05, de parecer contrário à emenda de n° 04, porque a mesma foge dos objetivos da mensagem governamental e apresentamos uma subemenda para a emenda de n° 02, acrescentando a expressão: "verificados nos balancetes encerrados em 31 de outubro de 1995", após a palavra final "vinculada".

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EMERSON NERONE - Relator

Apoiamento: Plauto Miró Guimarães, Nelson Justus, Walmor Trentini, Basílio Zanusso, Élio Rusch, Geraldo Cartário, José Tavares.

Em votação a Emenda n° 01. Aprovada.

Em votação a Emenda n° 02.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Acredito ser necessário inclusive, uma justificativa, por parte da nossa bancada, da votação desse projeto no dia de hoje.

E uma justificativa sobre a Emenda n° 02, que consta assinatura dos Parlamentares do PMDB, restringindo ao ano de 95, esta possibilidade do Governo do Estado retirar até 90% das autarquias e fundações para o caixa geral do Tesouro.

Justifico, porque somada a esta Emenda n° 2, que limita em 95, existem mais duas Emendas fundamentais. Uma delas que retira do corpo da lei as escolas de 3° grau, as universidades, faculdades, que, por incrível que pareça, quem redigiu este projeto para o Governo, pecou! Pecou por não saber, ou não se lembrar, ignorar que todo 3° grau do Paraná - universidades, faculdades -, é autarquia, no dia de hoje. Pecou ao não perceber que a Fundação Caetano Munhoz da Rocha, que é a Fundação de Saúde do Estado do Paraná também está afeta a esta lei. Pecou ao não perceber que a FUNDEPAR está coberta por esta lei. E pecou por encaminhar esta Mensagem!

Porque, Deputado Algaci Túlio, ouvi entrevistas de Vossa Excelência citando que Governos anteriores usaram este artifício. Usaram! Usaram da forma como deve ser usada! Há sobra de recurso numa autar-

quia, numa fundação, chama o seu responsável e recolhe esse recurso para a prioridade que o Governo tem, mas não se pode estabelecer como lei! Como lei, Toti, no seu caráter "ad perpetuum", porque isso prejudica a administração pública, e digo porque, estive bastante inclinado em retirar a nossa Emenda, do PMDB, e apoiar a do Deputado José Maria, porque ele fala que só entraria em vigor a partir de 96. Do ponto de vista nosso de oposição, deveríamos apoiar a dele, manter o caixa agora. Do ponto de vista de administração do Estado, Deputado Tavares, nós temos que manter só em 95, porque senão sabe o que acontece? Qualquer dirigente de uma fundação ou de uma autarquia jamais seria estúpido de manter recursos em caixa perto do final do ano, porque ele teria que devolver ao Tesouro do Estado. Gastaria atabalhoadamente durante todo o período do ano.

Então votaremos favorável à emenda, limitando 95, para que não se constitua uma lei, não se desfigure o caráter jurídico das autarquias e das fundações, defenderemos a emenda de exclusão das universidades, faculdades, de todo o terceiro grau. Defenderemos a emenda que exclui a Fundação Caetano Munhoz da Rocha, lembramos e gostaria que o Deputado Algaci Túlio, Líder do Governo, autor de uma emenda, nos justificasse as razões, que a diferença entre os recursos e os comprometimentos das fundações seja medido no dia 31 de outubro, com sinceridade e gostaria, Senhor Presidente, que Vossa Excelência advertisse para, na Redação Final do projeto, que as emendas se casam, porque elas todas são substitutivas, pelo menos a maioria substituindo o art. 1°. Esta nossa emenda como a do Deputado Algaci Túlio também, fala em exercício de 95 e as emendas 1 e 4 excluem as universidades, a Fundação Caetano Munhoz da Rocha, de modo que elas devem ser excluídas, mas também manter no corpo geral da lei que esta lei só vale para o ano de 1995.

E Deputado do PT, que me olhava, julgando que talvez estivéssemos fraquejando no posicionamento, não, e vou dizer porquê. Porque acho que o Governo não dependeria de mandar uma lei a esta Assembléia, porque ele poderia pura e simplesmente chamar as duas únicas entidades daonde ele vai tirar dinheiro; não tem outra, Deputado Zuk, é do DETRAN e da Imprensa Oficial. Chama o diretor e diz o seguinte: está sobrando dinheiro para vocês, passa para o Tesouro porque nós precisamos para pagar os compromissos das Prefeituras, ou o 13° salário dos professores e "pt" saudações, não precisava de lei aqui, expor o Governo, amanhã está sendo criticado pelas universidades, por estar retirando recursos do seu caixa, das suas economias.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente.

Em parte concordo com o posicionamento do Deputado Caíto Quintana, quando faz críticas e chama atenção pelo fato que o Governo manda uma lei para a Assembléia, quando poderia fazer isso direto por decreto. No entanto o excesso de zelo deste Governo, de poder jogar com transparência, demonstrar suas intenções para com as medidas que toma, talvez tenha até levado, evidentemente a cometer um erro aqui.

Erro que esta liderança prontamente tomou a iniciativa de fazer uma emenda, permitindo que fosse apenas permitido no exercício de 1995.

Na verdade, em momento algum pensava o Governo retirar dinheiro das universidades, isso citei aqui, por ocasião da 1ª. Discussão dessa mensagem.

Em momento algum o Governo pensava em mexer nas universidades, na FUNDEPAR, na Fundação Caetano Munhoz da Rocha, na verdade acrescento apenas mais uma autarquia, mais uma fundação, Deputado Caíto Quintana, além do DETRAN, da Imprensa Oficial, tem ainda a Junta Comercial, são apenas essas três instituições que o Governo vai mexer.

Não vai mexer em Fundação Caetano Munhoz da Rocha, na área da saúde, não vai mexer na FUNDEPAR, na área da educação, não vai mexer em nenhum outro setor a não ser nessas três instituições, e isso é praxe dos governos utilizar esse dinheiro. Mas, por quê? Porque o governo não tem caixa para pagar o 13º salário.

Tenho certeza que esta Casa não vai votar contra um projeto desta natureza que visa trazer o direito ao trabalhador estadual que necessita agora ter em dia o seu 13º salário e ter em dia o seu pagamento.

Então, fica feito esse esclarecimento, em parte reconheço o que disse o Deputado Caíto Quintana mas também tomamos a iniciativa de corrigir evidentemente este excesso de zelo que veio da governadoria do Estado do Paraná.

O SR. JOCELITO CANTO (Para Encaminhar) -

Apenas quero, Senhor Presidente, cumprimentar o Deputado Caíto Quintana pelo belíssimo encaminhamento que deu a esta matéria. Cumprimentá-lo pela explanação que fez.

Acho Deputado, que contribuiu para que tomemos a posição referente à votação, na sequência. Acho importante, concordo plenamente com vosso discurso. Se o Governo realmente errou, como foi dito pelo próprio Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, agora, nesse momento, o importante é que...

O SR. ALGACI TÚLIO - Não o Governo não errou,

está com excesso de zelo.

O SR. JOCELITO CANTO - O Senhor admitiu que houve um erro não é, Deputado?

O SR. ALGACI TÚLIO - Não está com excesso de zelo, não que errou.

O SR. JOCELITO CANTO - E tem mais, Senhor Presidente, Senhores Deputados, as Universidades do Paraná estão sofridas, a nossa de Ponta Grossa está um caos, não é, lamento, Londrina levou duas verbas gigantes para a Universidade e a nossa Universidade de Ponta Grossa está procurando dinheiro, os estudantes até estão pensando, Senhor Presidente, em fazer um movimento e cada um dar um dinheirinho para ajudar manter a Universidade, estão querendo fazer uma campanha tipo porta da esperança para ajudar a pagar as despesas da Universidade porque o dinheiro só vai para Londrina. Também, Ponta Grossa não tem um Secretário de Estado, Ponta Grossa não tem quem sabe uma vice-Governadoria, Ponta Grossa fica por cima, tudo passa-se por cima...

Então, quero lhe cumprimentar mais uma vez, Deputado Caíto Quintana, e dizer que a educação do Paraná deve ser respeitada. Os nossos professores, as nossas Universidades, devem ser respeitadas.

Por isso lhe cumprimento pelo belíssimo discurso e explanação que fez e quero dizer que fiquei bastante informado com o seu pronunciamento.

Muito obrigado mais vez, meu caro Líder, Deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Número 2 em votação. Sem prejuízo da Emenda apresentada pela Comissão de Justiça.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para esclarecer, Senhor Presidente, dia 31 de outubro, Deputado Caíto Quintana, é que foi o último balançete patrimonial que o Governo tinha em mãos por ocasião do envio da Mensagem para a Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Número 2, em votação, sem prejuízo da votação da Emenda da Comissão de Justiça, os Senhores Deputados que aprovam a Emenda número 2 conservem-se como estão.

Aprovada a Emenda.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Chamada nominal, Se-

nhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à chamada nominal.

O Senhor 1º Secretário Luiz Carlos Martins, procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam à Chamada Nominal, 27 Senhores Deputados.

Não há quórum para votação. Nessas condições....

O Senhor 1º Secretário, procederá novamente à Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

É procedida a 2ª Chamada Nominal.

Responderam à Chamada Nominal, 29 Deputados.

Em votação, a Emenda nº 2. Aprovada.

Subemenda da C.C.J. - acrescenta-se a expressão: "Verificado nos balancetes encerrados a 31.10.95. Aprovada.

Emenda nº 3. Em Discussão. Em votação. Aprovada.

Emenda nº 5. Em Discussão. Em votação. Aprovada.

Parecer Contrário a Emenda nº 4. Em Discussão. Em votação. Aprovado.

Rejeitada a emenda, e Aprovado o Parecer.

Este Projeto irá à Redação Final.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 261/95, que cria o Município de Fernandes Pinheiro, desmembrado de Teixeira Soares. Conforme especifica. Aprovada.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 261/95
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de Fernandes Pinheiro, desmembrado do Município de Teixeira Soares, com as divisas a seguir especificadas:

Com o Município de Teixeira Soares:

Inicia na foz do Rio das Antas no Rio Imbituva, sobe por este até encontrar a BR.277, segue por esta na direção geral Nordeste até encontrar o Rio das Almas,

sobe por este até a foz do Rio dos Mineiros, sobe por este até encontrar a Estrada que liga à Localidade Mineiros Primeiros à Martis, segue por este na direção geral Sudeste até encontrar o divisor de águas entre o Rio Iguaçu e rio Imbituva.

Com o Município de Palmeiras:

Inicia na Estrada que liga à localidade de Primeiros Mineiros à Martis no divisor de águas do Rio Iguaçu e Rio Imbituva, segue por este divisor na direção geral Sudeste até defrontar a cabeceira do Rio das Almas.

Com o Município de São João do Triunfo

Inicia defronte à cabeceira do Rio das Almas, no divisor de águas entre o Rio Iguaçu e Rio Imbituva, segue por este na direção geral Sudeste até encontrar a cabeceira do Rio Turvo.

Com o Município de Rebouças

Inicia na cabeceira do Rio Turvo, deste ponto segue pelo divisor de águas do Rio Tibagi e Rio Iguaçu na direção Geral Nordeste até defrontar com a cabeceira do Arroio Barreiro.

Com o Município de Irati

Inicia no divisor de águas do Rio Tibagi e Rio Iguaçu, na cabeceira do Arroio Barreiro, deste ponto segue por linha reta e seca na direção geral Nordeste até a cabeceira do Arroio dos Coxilhos, desce por este até a sua foz no Rio das Antas, desce por este até a foz do Rio Imbituva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.12.95.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

WALMOR TRENTINI

Relator.

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL do Projeto de Lei nº 285/95, que dispõe sobre a obrigatoriedade da Emissão de Certificado de Isenção de Esporos de Bacillus Larvae na importação de Produtos e Equipamentos Apícolas. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 285/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A entrada e a circulação de produtos e equipamentos apícolas no Estado do Paraná só será permitida com o Certificado de Isenção de Esporos de Bacillus Lar-

vae.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.12.95.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

WALMOR TRENTINI

Relator.

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 333/95, que institui nas Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus, matéria sobre Drogas, Fumo e Alcool, como disciplina obrigatória. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 333/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a instituir nas Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus, matéria sobre drogas, fumo e álcool, como disciplina obrigatória.

Art. 2º - A matéria sobre Drogas, Fumo e Alcool, deverá ser implantada nas Escolas de 1º e 2º graus, da Rede Estadual de Ensino, a partir de 1996.

Parágrafo Único - O ano de 1995, ficará reservado para que a Secretaria de Estado da Educação, capacite o corpo docente que ministrará a disciplina sobre Drogas, Fumo e Alcool.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro do prazo de 60 dias.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.12.95.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

WALMOR TRENTINI

Relator.

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 380/95, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para o Exercício de 1996. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 184, de 13.12.95).

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 381/95, que aprova o Plano Plurianual para o período de 1996 a 1999. **Aprovado.** (Publ. DA. nº 184, de 13.12.95- Em 1ª Discussão)

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 059/95 que altera a Redação da Resolução nº 016/95, que autorizou a realização de Plebiscito para a criação do Município de Bela Vista da Carova. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 161, de 20.11.95).

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/95 de autoria do Deputado Orlando Pesutti que equipara a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR à órgão especial de pesquisa. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.E.C.E. E C.A.I.C.. **APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por cinco (05) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 216/95 por cinco (05) sessões.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 510/95 de autoria do Deputado Joel Coimbra que altera os parágrafos 2º, 3º e 4º do art. 12 da Lei nº 9887 de 30.12.95. (Funcionários - Professores). PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 528/95 de autoria do Deputado Anibal Khury que cria o Município de Coronel Domingos Soares, desmembrado do Município de Palmas. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 529/95 de autoria dos Deputados Caíto Quintana e Anibal Khury que cria o Município de Centro Novo, desmembrado dos Municípios de Planalto e Pérola do Oeste. SEM PARECERES. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 174, de 04.12.95).

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 530/95 de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho que declara de Utilidade Pública a Fundação ABC para assistência e divulgação técnica agropecuária, com sede e foro no Município de Castro. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

A Mesa anuncia a presença do Prefeito Municipal de Reserva, do Prefeito de Ribeira, Luiz Antonio Batista e do Prefeito de Adrianópolis.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

- Sr. Presidente, Srs. Deputados quero fazer uma comunicação à Mesa e aos Senhores Deputados, especialmente até pela postura que o senhor, como Presidente, na defesa dos direitos constitucionais dos parlamentares desta Casa, de uma comissão de Deputados que foi impedida de visitar um preso numa penitenciária deste Estado, pela postura que V.Exa. teve para salvaguardar os direitos constitucionais dos Deputados, quero comunicar aos Senhores Deputados que graças a uma decisão do juiz da Central de Inquérito, Dr. Vicente Misurelli, neste momento está sendo paga a fiança, vem sendo providenciado o Alvará de Soltura do ex-Vereador de Curitiba, Doático Alcides Alves dos Santos.

O Doático, como sabem os Senhores Deputados e o Senhor Presidente que esteve pessoalmente empenhado para resolver essa questão, se encontra preso e, mais do que isso, se encontra na UTI de uma casa hospitalar aqui em Curitiba, o Hospital São Carlos, depois de ter sido transferido da Central e Triagem para o Hospital da Polícia Militar, por intervenção, inclusive do nosso Presidente, Deputado Anibal Khury, e de lá foi transferido, na madrugada, às pressas e em emergência para essa UTI. Diabético que é, estava com uma crise aguda como está até hoje, permanece na UTI e mesmo com esse Alvará de Soltura ficará o Doático preso nesta UTI pela doença crônica que é portador, pela diabete. E por que, Senhores Deputados aconteceu isso? Pela falta de assistência médica do sistema prisional do nosso Estado, pelo descaso com uma vida humana, por um ex-Vereador desta capital, ex-Secretário Geral do PMDB e assessor de gabinete do Senador da República, Roberto Requião.

Quero comunicar esse fato à Casa, e comunicar também a sempre presente constância de tantos Senhores Deputados e especialmente do Deputado líder do PMDB, Deputado Caíto Quintana, do Deputado Líder do PT, Ângelo Vanhoni e muito especialmente até com muito carinho, queria relatar a presença atuante do Deputado Geraldo Cartário que faz três dias que está empenhado também em resolver essa questão, além de solidariedade e do apoio de tantos Senhores Deputados.

Gostaria Senhor Presidente de já me inscrever para na próxima segunda-feira, aí sim, entrar no mérito dessa questão mas queria relatar à Casa, agradecer aos Senhores Deputados e especialmente em meu nome pessoal, registrar o papel que V.Exa. teve como homem que defende as liberdades públicas, a democracia e especialmente aqueles que estão tolhidos da sua liberdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agradeço a V.Exa. as referências à minha pessoa. Nada mais fiz do que representar o Poder que presido. Conversei com todas as lideranças aqui presentes, inclusive com o líder do governo, Deputado Algaci Túlio que emprestou solidariedade da sua Bancada para que fosse também falar em nome de toda a Assembléia.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem) - Só quero, aproveitar para relatar aos Senhores Deputados que muita gente indaga. Por quê o Deputado Anibal Khury tem tanto carinho e apreço pelos Deputados?

E V.Exa. no dia de ontem, dentro de uma penitenciária, acho que o Deputado Romanelli, passou despercebido ou certamente está preparando para falar na próxima segunda-feira.

Mas, queria comunicar os Deputados que aconteceu um fato interessante. Na porta que se abriu para entrar dentro da penitenciária o esquema, deve ser uma formalidade contínua, é que só entrariam duas pessoas.

E quem ali estava mandou entrar o Presidente da Assembléia, e eu que estava mais perto dele também tive a autorização de entrar.

Aí o Deputado Anibal Khury, olhou e falou: E os demais Deputados? Não podem entrar. Imediatamente o Presidente da Assembléia, falou, "Se estes Deputados que estão aí fora, - que era o Romanelli e o Vanhoni - não podem entrar, eu também não".

E já imediatamente, se retirou e saiu da penitenciária.

Aí deu uma confusão tremenda e entrou todo mundo.

Era isso que queria acrescentar ao depoimento do Deputado Romanelli.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Obrigado, Excelência.

Sobre a mesa, Requerimento nº 4038, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 4039 e 4041, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 4042 a 4045, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4047, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma

sessão extraordinária para logo após ao término da presente sessão, com a seguinte

491/95.

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 529/95.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

Levanta-se a sessão.